

**LEI Nº 2.717 DE 26 DE ABRIL DE 2006.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE  
DOS EVENTOS CULTURAIS, CINEMAS  
E PEÇAS TEATRAIS, A COBRAREM  
50% DO VALOR DO INGRESSO  
FIXADO PARA O EVENTO, AOS  
PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL  
QUE APRESENTAREM COMPROVANTE  
DO EFETIVO EXERCÍCIO, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo aprovou, e eu Presidente da Câmara Municipal, nos termos do § 7º, do art. 59, da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

**~~Art. 1º~~** Ficam obrigados, todos os Cinemas, Eventos Culturais e Peças Teatrais, a cobrarem apenas 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o espetáculo, aos professores da Rede de Ensino Municipal e Estadual, pública ou particular, desde que apresentarem comprovação oficial da profissão.

**~~Art. 2º~~** O descumprimento do disposto no artigo 1º acarretará em multa de 100 (cem) UFIR's em primeira notificação à Empresa promotora do Evento e, no dobro do valor estipulado em caso de reincidência.

**~~Art. 3º~~** Esta lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

**~~Art. 4º~~** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alegre (ES), 26 de abril de 2006.

**ELION VARGAS TEIXEIRA**

**— Presidente da CMA**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.